

LIÇÃO 5 - Modos Pelos Quais Uma Enunciação Pode Ser Múltipla em Vez de Una

“20b 12 Nem a afirmação nem a negação que afirma ou nega um predicado de muitos sujeitos ou muitos predicados de um sujeito é una, a menos que algo uno seja constituído a partir dos muitos. Não uso “uno” para aquelas coisas que, embora um nome possa ser imposto, não constituem algo uno. Por exemplo, homem provavelmente é animal e bípede e civilizado, mas há também algo uno formado a partir disto; ao passo que de “branco” e “homem” e “andante” não há. Consequentemente, se alguém afirma algo uno destes últimos, não haverá uma afirmação, exceto no som vocal; ao contrário, haverá muitas afirmações. Nem haverá uma afirmação se alguém afirma estes de um sujeito; neste caso também haverá muitas.

20b 22 De fato, se a interrogação dialética é um pedido de resposta, i.e., ou pela admissão de uma premissa ou de uma parte de uma contradição — e uma premissa é uma parte de uma contradição —, não haveria uma resposta em referência aos predicados acima. Não haveria uma resposta mesmo que houvesse uma resposta verdadeira, pois não haveria uma única questão.

20b 26 Mas já falamos sobre estas coisas nos Tópicos [VIII, 7].

Ao mesmo tempo, é claro que a questão “O que é?” não é uma questão dialética. Pois a interrogação dialética deve proporcionar a escolha de qualquer parte de uma contradição que se queira enunciar. Para isto, o interrogador deve especificamente formular a questão de modo que as partes da contradição estejam claras; por exemplo, perguntando se o homem é isto ou não.

1. Após o Filósofo ter tratado da diversidade numa enunciação proveniente da adição da negação infinita, ele explica o que acontece a uma enunciação quando algo é adicionado ao sujeito ou predicado que lhe retira a unidade. Primeiro, ele determina sua diversidade, e depois prova que todas as enunciações são múltiplas onde ele diz: *De fato, se a interrogação dialética é um pedido de resposta*, etc. Em segundo lugar, ele determina suas consequências, onde diz: *Algumas coisas predicadas separadamente são tais que se unem para formar um predicado*, etc.

Ele começa retomando algo que disse no primeiro livro: não há uma enunciação afirmativa una nem uma enunciação negativa una quando uma coisa é afirmada ou negada de muitos ou muitas de um, se uma coisa não é constituída a partir dos muitos. Em seguida, explica o que quer dizer com o sujeito ou predicado ter que ser uno onde diz: *Não uso "uno" para aquelas coisas que, embora um nome possa ser imposto, não constituem algo uno*, i.e., um sujeito ou predicado é uno, não a partir da unidade do nome, mas a partir da unidade do que é significado. Pois quando muitas coisas são reunidas sob um nome de tal modo que o que é significado por esse nome não é uno, então a unidade é apenas de som vocal. Mas quando um nome foi imposto para muitos, seja para partes subjetivas ou integrais, de modo que as encerra na mesma significação, então há unidade tanto de som vocal quanto do que é significado. Neste último caso, a unidade da enunciação não é impedida.

2. Em seguida, acrescenta: "Por exemplo, o homem provavelmente é um animal, bípede e civilizado." Isso, no entanto, é obscuro, pois pode ser entendido como um exemplo do oposto, como se dissesse: "Não quero dizer, por 'um', um 'um' como a unidade do nome imposto a muitas coisas a partir do qual não se constitui uma coisa, por exemplo, 'homem' como 'um' a partir das partes da definição, animal, civilizado e bípede." E, para evitar que alguém pense que essas são verdadeiras partes da definição do nome, ele interpõe "provavelmente".

Porfírio, porém, referido com aprovação por Boécio, separa essas partes do texto. Ele diz que Aristóteles primeiro afirma que aquela enunciação é múltipla na qual muitos são sujeitados a um, ou muitos são predicados de um, quando uma coisa não é constituída a partir desses. E quando ele diz: "Por exemplo, o homem talvez é, etc.", pretende mostrar que uma enunciação é múltipla quando muitos, a partir dos quais uma coisa é constituída, são sujeitados ou predicados, como no exemplo "O homem é um animal, civilizado e bípede", com cópulas interpostas ou uma pausa como a que os oradores fazem. Ele acrescentou "talvez", dizem, para sugerir que isso poderia acontecer, mas não é necessário.

3. Concordando com a opinião de Porfírio, Boécio e Alberto, pensamos que se pode fazer uma construção mais sutil do texto. Segundo ela, Aristóteles faz quatro pontos aqui. Primeiro, ele revisa o que é uma enunciação em geral quando diz: "A enunciação é múltipla na qual um é enunciado de muitos ou muitos de um, a menos que a partir dos muitos algo um seja constituído...", como ele afirmou e explicou no primeiro livro.

Em segundo lugar, ele esclarece o termo "um", quando diz: "Não uso 'um' para aquelas coisas, etc.", ou seja, chamo um nome de um, não por causa da unidade do som vocal, mas da significação, como foi dito acima. Em terceiro lugar, ele manifesta (dividindo) e divide (manifestando) o número de maneiras pelas quais um nome pode ser imposto a muitas coisas a partir das quais uma coisa não é constituída. Disso ele implica a diversidade da enunciação múltipla. E ele estabelece duas maneiras pelas quais um nome pode ser imposto a muitas coisas a partir das quais uma coisa não é constituída: primeiro, quando um nome é imposto a muitas coisas a partir das quais uma coisa é constituída, mas não como uma coisa é constituída a partir delas. Nesse caso, material e acidentalmente falando, o nome é imposto a muitas a partir das quais uma coisa é constituída, mas formal e *per se* é imposto a muitas a partir das quais uma coisa não é constituída; pois não é imposto a elas no aspecto em que constituem uma coisa; como talvez o nome "homem" seja imposto para significar animal, civilizado e bípede (ou seja, partes de sua

definição), não como estão unidos na natureza uma do homem no modo de ato e potência, mas como são eles mesmos atualidades distintas. Aristóteles sugere que está tomando essas partes da definição como distintas pelas conjunções e também acrescentando adversativamente: "mas se há algo um formado a partir destes", Nota de rodapé como se dissesse: "quando, no entanto, se dá que uma coisa é constituída a partir destes."

Ele acrescenta "talvez" porque o nome "homem" não é imposto para significar suas partes definitivas como são distintas. Mas se tivesse sido imposto assim ou fosse imposto, seria um nome imposto a muitas coisas a partir das quais nenhuma coisa é constituída. E, como o julgamento com respeito a tal nome e àquelas muitas coisas é o mesmo, as muitas partes definitivas também podem ser tomadas de duas maneiras: primeiro, no modo do atual e do possível, e assim constituem uma coisa e, formalmente falando, são chamadas de muitas a partir das quais uma coisa é constituída, e devem ser pronunciadas em discurso contínuo e fazem uma enunciação, por exemplo, "Um animal racional mortal está correndo". Pois esta é uma enunciação, assim como "O homem está correndo". Na segunda maneira, as referidas partes da definição são tomadas como são atualidades distintas, e assim não constituem uma coisa, pois uma coisa não é constituída a partir de dois atos como tais, como diz Aristóteles na *Metafísica* VII [13: 1039a 5]. Nesse caso, constituem muitas enunciações e são pronunciadas com conjunções interpostas ou com uma pausa à maneira retórica, por exemplo, "O homem é um animal, civilizado e bípede" ou "O homem é um animal-civilizado-bípede". Cada uma destas é uma enunciação múltipla. E assim é a enunciação "Sócrates é um homem" se "homem" é imposto para significar animal, civilizado e bípede como são atualidades distintas.

Aristóteles aborda a segunda maneira pela qual um nome é imposto a muitos a partir dos quais uma coisa não é constituída onde diz: "ao passo que a partir de 'branco' e 'homem' e 'andante' não há [algo um formado]". Como de nenhuma maneira pode ser constituída qualquer natureza uma a partir de "homem", "branco" e "andante" (como pode a partir das partes definitivas), é evidente que se um nome fosse imposto a estes, seria um nome que não significa uma coisa, como foi dito no primeiro livro sobre o nome "manto" imposto para homem e cavalo.

4. Temos, portanto, dois modos do múltiplo (i.e., a enunciação múltipla) e, como ambos são constituídos de duas maneiras, haverá quatro modos: primeiro, quando um nome imposto a muitos a partir dos quais uma coisa é constituída é sujeito ou predicado como se o nome estivesse por muitos; segundo, quando os muitos a partir de um dos quais uma coisa é constituída são sujeitos ou predicados como atualidades distintas; terceiro, quando um nome é imposto para muitos a partir dos quais nada um é constituído; quarto, quando muitos que não constituem uma coisa são sujeitos ou predicados. Note que a enunciação, de acordo com os membros da divisão pela qual foi dividida em uma e múltipla, pode ser variada de quatro maneiras, i.e., um é predicado de um, um de muitos, muitos de um, e muitos de muitos. Aristóteles não falou da última, seja porque sua pluralidade é suficientemente clara, seja porque, como diz Alberto, ele pretende tratar apenas da enunciação que é uma de alguma maneira.

Finalmente [em quarto lugar], ele conclui com este resumo: "Consequentemente, se alguém afirma algo um destes últimos, não haverá uma afirmação segundo a coisa: vocalmente será uma; significativamente, não será uma, mas múltipla." E, inversamente, se os muitos são afirmados de um sujeito, não haverá uma afirmação. Por exemplo, "O homem é branco, andante e musical"

implica três afirmações, i.e., "O homem é branco" e "é andante" e "é musical", como fica claro por sua contradição, pois uma negação tríplice se opõe a ela, correspondendo à afirmação tríplice.

5. Então, quando ele diz: "De fato, se a interrogação dialética é um pedido de resposta, etc.", ele prova *a posteriori* que as enunciações mencionadas são múltiplas. Primeiro, ele expõe um argumento para provar isso pela via do consequente; em seguida, prova o antecedente do consequente dado onde diz: "Mas falamos sobre estas coisas nos *Tópicos*, etc."

Ora, se a interrogação dialética é um pedido de resposta, seja uma proposição ou uma parte de uma contradição, nenhuma das enunciações mencionadas, postas na forma de uma pergunta, terá uma resposta. Portanto, a pergunta não é una, mas múltipla. Aristóteles primeiro afirma o antecedente do argumento: "se a interrogação dialética é um pedido de resposta, etc." Para entender isso, deve-se notar que uma enunciação, uma pergunta e uma resposta soam da mesma forma. Pois quando dizemos: "A região do céu é animada", chamamos isso de enunciação na medida em que enuncia um predicado de um sujeito, mas quando é proposta para obter uma resposta, chamamos de interrogação, e como aplicada ao que foi perguntado, chamamos de resposta. Portanto, provar que não há uma resposta ou uma pergunta ou uma enunciação será a mesma coisa.

Deve-se notar também que a interrogação é dupla. Uma propõe qualquer uma das duas partes de uma contradição para escolher. Esta é chamada de interrogação dialética porque o dialético conhece a maneira de provar qualquer parte de uma contradição a partir de posições prováveis. O outro tipo de interrogação busca uma resposta determinada. Esta é a interrogação demonstrativa, pois o demonstrador procede determinadamente em direção a uma única alternativa.

Finalmente, note que é possível responder a uma pergunta dialética de duas maneiras. Podemos consentir com a pergunta, seja afirmativa ou negativamente; por exemplo, quando alguém pergunta: "A região do céu é animada?", podemos responder: "É", ou à pergunta "Deus não é movido?", podemos dizer: "Não". Tal resposta é chamada de proposição.

A segunda maneira de responder é destruindo; por exemplo, quando alguém pergunta: "A região do céu é animada?" e respondemos: "Não", ou à pergunta: "Deus não é movido?" respondemos: "Ele é movido". Tal resposta é chamada de outra parte de uma contradição, porque uma negação é dada a uma afirmação e uma afirmação a uma negação.

A interrogação dialética, então, de acordo com a exposição que acabamos de dar, que é a de Boécio, é um pedido de admissão de uma resposta que é uma proposição, ou que é uma parte de uma contradição.

6. Ele acrescenta a prova do consequente quando diz: "e uma proposição é uma parte de uma contradição". Em relação a isso, deve-se notar que se uma resposta dialética pudesse ser múltipla, não se seguiria que uma resposta a uma enunciação múltipla não seria dialética. No entanto, se a resposta dialética só pode ser uma enunciação, então segue-se que uma resposta a uma enunciação plural não é uma resposta dialética, pois é una [i.e., inclina-se para uma parte de uma contradição de cada vez].

Deve-se notar também que, se uma enunciação faz parte de muitas contradições, por isso mesmo prova-se que não é uma, pois só se contradiz uma. Mas, se uma enunciação faz parte de apenas uma contradição, ela é uma pelo mesmo raciocínio, ou seja, porque há apenas uma negação de uma afirmação, e vice-versa.

Portanto, Aristóteles prova o consequente a partir do fato de que a proposição, i.e., a resposta dialética, é parte de uma contradição, i.e., é uma enunciação afirmativa ou negativa una. Segue-se disso, como foi dito, que não há resposta dialética para uma enunciação múltipla e, consequentemente, não há uma resposta.

Não se deve ignorar que, quando ele designa uma proposição ou uma parte de uma contradição como a resposta a uma interrogação dialética, é apenas da proposição que ele acrescenta que ela é una, porque a própria redação mostra a unidade da outra. Pois, quando se ouve uma parte de uma contradição, imediatamente se entende uma afirmação ou negação.

Ele coloca o "portanto" com o antecedente, ou implicando que isso é tomado de outro lugar e ele explicará em particular depois, ou, tendo mudado a estrutura, ele coloca o sinal do consequente, que deveria estar entre o antecedente e o consequente, antes do antecedente, como quando se diz: "Portanto, se Sócrates corre, ele é movido", pois "Se Sócrates corre, portanto ele é movido".

Então o consequente segue: não haverá uma resposta a isso, etc.; e a inferência da conclusão principal, pois não haveria uma única questão. Pois, se a resposta não pode ser una, a questão não será una.

7. Ele acrescenta, mesmo que haja uma resposta verdadeira, porque alguém poderia pensar que, embora não se possa dar uma resposta a uma interrogação plural quando a questão diz respeito a algo que não pode ser afirmado ou negado de todos os muitos (por exemplo, quando alguém pergunta: "Um cão é um animal?" nenhuma resposta única pode ser dada, pois não podemos dizer verdadeiramente de todo cão que é um animal por causa da estrela com esse nome; nem podemos dizer verdadeiramente de todo cão que não é um animal, por causa do cão que late), no entanto, uma resposta poderia ser dada quando aquilo que cai sob a interrogação pode ser dito verdadeiramente de todos. Por exemplo, quando alguém pergunta: "Um cão é uma substância?" uma única resposta pode ser dada porque pode ser dito verdadeiramente de todo cão que é uma substância, pois ser substância pertence a todos os cães. Aristóteles acrescenta a frase, mesmo que haja uma resposta verdadeira, para remover tal juízo errôneo. Pois, mesmo que a resposta à enunciação múltipla seja verificada de todos, ela não é una, visto que não significa uma coisa, nem é parte de uma contradição. Pelo contrário, como é evidente, essa resposta tem muitos contraditórios.

8. Onde ele diz: Mas falamos sobre essas coisas nos Tópicos, etc., ele prova o antecedente de duas maneiras. Primeiro, prova-o com base no que foi dito nos Tópicos; segundo, por um sinal.

O sinal é dado primeiro onde ele diz: Da mesma forma, é claro que a pergunta "O que é?" não é dialética, etc. Isto é, dada a doutrina nos Tópicos, é claro (i.e., assumindo o antecedente de que a interrogação dialética é um pedido de uma resposta afirmativa ou negativa) que a pergunta "O que é?" não é uma interrogação dialética, e.g., quando alguém pergunta: "O que é um animal?" ele não

interroga dialeticamente.

Em segundo lugar, ele dá a prova do que foi assumido, a saber, que a pergunta "O que é?" não é uma questão dialética. Ele afirma que uma interrogação dialética deve oferecer ao respondente a opção de qualquer parte da contradição que ele desejar. A pergunta "O que é?" não oferece tal liberdade, pois ao dizer "O que é um animal?" o respondente é forçado a atribuir uma definição, e uma definição não é apenas determinada a uma, mas também é inteiramente desprovida de contradição, uma vez que não afirma nem ser nem não-ser. Portanto, a pergunta "O que é?" não é uma interrogação dialética. Onde ele diz: Pois a interrogação dialética deve proporcionar, i.e., a partir da interrogação dialética proposta, o respondente deve ser capaz de escolher qualquer parte da contradição que desejar, partes da contradição que o interrogador deve especificar, i.e., ele deve propor a questão desta forma: "Isto é animal homem ou não?" na qual a redação da questão claramente oferece uma opção ao que responde. Portanto, você tem como sinal de que uma questão dialética busca uma resposta de uma proposição ou de uma parte de uma contradição, a separação da pergunta "O que é?" das questões dialéticas.

Revision #2

Created 19 September 2026 23:49:44 by Admin

Updated 20 September 2026 12:40:38 by Admin